

Cinco anos depois, “resgate” está fora do dicionário português

Portugal pediu em 2011 o terceiro resgate da sua história moderna. Cinco anos depois, as contas públicas estão mais controladas, pelo que não há perspectiva de um quarto, dizem os analistas. Mas será que os problemas da economia foram resolvidos?

ANDRÉ TANQUE JESUS
andrejesus@negocios.pt
NUNO AGUIAR
naguaiar@negocios.pt

Portugal enfrentava uma situação difícil. O Tesouro acabava de emitir 610 milhões de euros em dívida a seis meses, pela qual pagou uma taxa de juro de 5,117%. Um valor incomportável? Basta comparar com a actual taxa a dez anos: 3,149%. “O leilão de hoje expressa bem a deterioração das condições dos mercados após a rejeição do PEC”, disse Teixeira dos Santos aos Negócios. O então ministro das Finanças foi mais longe: “Entendo que é necessário recorrer aos

mecanismos de financiamento disponíveis no quadro europeu.” Decorria o dia 6 de Abril de 2011, que acabaria com José Sócrates a anunciar o pedido de ajuda externa.

Cinco anos depois, Portugal concluiu com sucesso o programa de ajustamento e dispensou uma linha cautelar. O segundo maior banco privado foi alvo de resolução no Verão de 2014 e 18 meses bastaram para chegar a vez do Banif. A esquerda parlamentar coligou-se e o Governo PSD/CDS caiu. Um novo programa económico tomou o poder e a Comissão Europeia torceu o nariz. Ao mesmo tempo que decorriam as negociações com Bruxelas, os investidores viravam as costas. A taxa a 10 anos tocou em Fevereiro num máximo de 4,533%.

“É muito difícil atribuir uma probabilidade” de um novo resgate, atira Colin Bermingham. Para o economista do BNP Paribas, “o programa de consolidação do Governo é menos ambicioso”, além de que “a tendência de redução da dívida é menor”. “É um risco que não pode ser ignorado, mas não está no meu cenário central”, diz o especialista. Até porque, exemplifica, “o défice da conta-corrente é agora um excedente”. “Será essencial ver o que acontece com a DBRS”, defende Colin Bermingham, salientando que, ainda assim, “seriam bem-vindas reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial do PIB”.

Também Lyn Graham-Taylor defende que “há a possibilidade [de um novo resgate], mas não é muito

provável”. Apesar de reconhecer que Portugal tem hoje “um défice pequeno”, o estratega de dívida do Rabobank diz que “tudo depende da sustentabilidade da dívida”. É que Por-

tugal “tem uma almofada financeira confortável, mas também tem um montante de dívida elevado”.

Outra questão diferente é saber se os problemas da economia portuguesa foram resolvidos. João Rodrigues diz que aconteceu o oposto: “Os problemas estruturais agravaram-se.” “Estamos numa situação de capitalismo sem acumulação de capital”, acrescenta o investigador do Centro de Estudos Sociais, explicando que a transformação da economia se faz com “investimento em sectores em que se queira apostar”. Com o Estado a restringir os gastos e os privados a olharem para um horizonte de incerteza e baixo crescimento, o investimento está a demorar a recuperar. Pode a transformação estrutural também ter sido adiada? ■



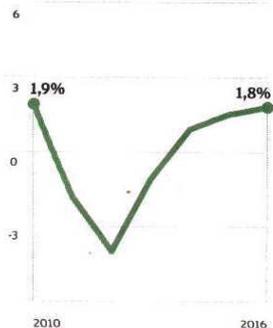
Seriam bem-vindas reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial do PIB.

COLIN BERMINGHAM
Economista do BNP Paribas

ECONOMIA REGRESSA AO CRESCIMENTO

Variação homóloga do PIB

Foi com algum atraso em relação àquilo que tinha sido previsto, mas a economia portuguesa regressou ao crescimento económico em 2014, tendo acelerado em 2015. Para este ano, o Governo antecipa uma nova aceleração. As instituições internacionais estão menos optimistas.

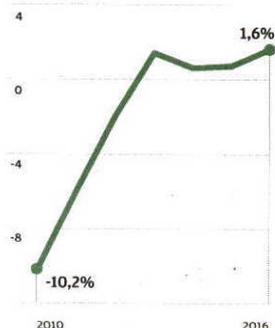


Fonte: INE, Comissão Europeia, FMI, OE 2016

UM PAÍS MAIS EQUILIBRADO

Balança de transações correntes (% do PIB)

O saldo externo da economia portuguesa também registou uma melhoria nos últimos anos, beneficiando de um crescimento contínuo das exportações, mas também de um forte abrandamento das importações, fruto da quebra da procura interna, provocada pela crise e pela austeridade.

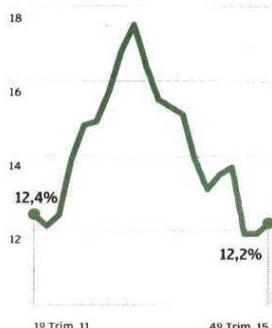


Fonte: INE, Comissão Europeia, FMI, OE 2016

A LONGA MONTANHA DO DESEMPREGO

Taxa de desemprego trimestral

A taxa de desemprego sofreu um agravamento substancial desde a chegada da troika até ao início de 2013, que surpreendeu todos, até o Governo. A partir desse momento, registou-se uma descida, também ela algo inesperada na sua dimensão. O ritmo de alívio abrandou desde meados de 2015.

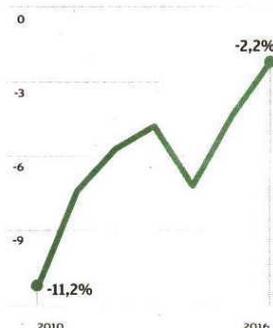


Fonte: INE, Comissão Europeia, FMI, OE 2016

DÉFICE ORÇAMENTAL AJUSTA

Saldo orçamental (% do PIB)

A intervenção da troika chegou numa altura em que o défice orçamental português estava em níveis muito elevados. Os últimos anos deixaram as contas públicas do país menos desequilibradas. Sem o impacto da intervenção no Banif, o défice de 2015 teria ficado nos 3%. Para este ano, o Governo espera 2,2%.

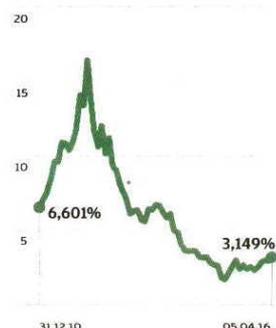


Fonte: INE, Comissão Europeia, FMI, OE 2016

A ESCALA E A DESCIDA A PIQUE DOS JUROS

Evolução dos juros, em percentagem

Os juros da dívida soberana portuguesa registaram um verdadeiro sobe e desce desde 2011. Dos 6,6% com que fechou 2010, a taxa das obrigações a 10 anos chegou a um máximo de 17,393%. Desde então, a tendência foi de sustentada recuperação, tendo chegado a 1,5%. Está agora nos 3,149%.



Fonte: Bloomberg